Trabalho apresentado no 22º CBCENF

Título: EDUCAÇÃO EM SAÚDE VOLTADA PARA A AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS NO BRASIL

Relatoria: KARINE BIANCO DA CRUZ

Autores: Tatiana Carvalho Reis Martins
Juliana Dias Reis Pessalacia
Claudia Bernardi Cesarino
Aurelio Tomaz da Silva Briltes

Modalidade: Pôster

Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: A autonomia apresenta-se como parte dos quatro elementos éticos do modelo principialista, tradicionalmente definida como a capacidade de tomar as próprias decisões e de agir intencionalmente. No Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, contempla-se a autonomia enquanto princípio doutrinário e a Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca que o cuidado centrado no paciente e o empoderamento melhoram a qualidade dos cuidados de saúde. Neste contexto, destaca-se a importância de se promover a autonomia da pessoa com doenças crônicas, pois estas apresentam-se como condições incuráveis, de longa duração, e que ocasionam limitações ao paciente. Não obstante, precisa-se repensar o manejo dessas doenças, a atuação do Estado, dos profissionais de saúde e a participação ativa dos pacientes, família e comunidade. Objetivos: Apresentar reflexões sobre a importância da educação em saúde para a promoção da autonomia e do empoderamento da pessoa com doença crônica no Brasil. Metodologia: Reflexão teórica fundamentada no princípio da autonomia disposto no modelo bioético principialista. Resultados: Em vários países já existe uma conscientização profissional sobre o respeito ao direito de autonomia. Já no Brasil, apesar de tal princípio ser garantido na lei orgânica e em diferentes legislações programáticas, ainda há um paternalismo disseminado entre os profissionais de saúde. A Atenção Primária à Saúde tem papel importante na educação em saúde para a promoção da autonomia das pessoas e algumas conquistas já foram alcançadas para melhorar esse cenário no país. Entretanto, ainda há dilemas éticos e paradigmas a serem discutidos com o objetivo de se garantir a dignidade e autonomia dos usuários de serviços de saúde. Conclusão: A efetivação do princípio bioético da autonomia envolve aspectos pessoais, sociais e jurídicos, além da quebra de paradigmas relacionados ao paternalismo existente. Propõe-se que a temática seja debatida na área da saúde, enfatizando-se a importância da educação em saúde na promoção do cuidado centrado na pessoa e no empoderamento, como estratégias para melhoria do cuidado a pessoa com doença crônica.